



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - Cep 68.165-000 - Fone: (93)3543-1906 fax (93)3543-1919
CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail licitação-pmr@hotmail.com



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 IN – PROCESSO Nº 001/2021 IN

UNIDADE REQUISITANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justificamos a contratação do objeto do presente termo, pela necessidade de implantarmos tais ações a serem desenvolvidas junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, por ser pessoa Jurídica notória especialização, para prestar serviço técnicos especializado na área de regularidade de contas públicas e acessória na gestão jurídica dos atos públicos para a Prefeitura Municipal de Rurópolis e suas Secretarias, e por não dispormos de um profissional com as seguintes especializações.

Assim é que diante dos diversos advogados ou escritório que sejam portadores d especializações e reconhecimento para a efetiva execução do objeto (serviço) pretendido pela Administração Pública Municipal, a escolha que é subjetiva – mas devidamente motivada – deve recair sobre aquele que em razão dos cumprimentos dos elementos objetivos (desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organizações, aparelhamento, equipe técnica) transmite à Administração pública a confiança de que o seu trabalho é o mais adequado (conforme, TCU, o Acórdão 2.616/2015 – Plenário, TC 017110/2015 – 7. Rel. Min. Benjamim Zynler.21.10.2015).

Tendo como exemplo os precedentes do STF e do TCU e a voz da doutrina especializada, não se pode simplesmente presumir a existência de crime e/ou improbidade na contratação direta de serviços não impostos pelo ordenamento jurídico e conhecer as circunstâncias de cada contratação, avaliar motivadamente a conduta do agente envolvido em cada caso, os benefícios que a Administração Pública objetivou e/ou colheu pela execução dos serviços e a compatibilidade dos valores ajustados com os praticados no mercado. No mais, deve-se afastar em definitivo a punição dos *“delitos de exegeze”*, trata-se de advocacia pública ou privada.



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - Cep 68.165-000 - Fone: (93)3543-1906 fax (93)3543-1919
CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail licitação-pmr@hotmail.com



A falácia, em como esta, também de manifesta como relevante, tendo em vista a confiança que surge entre autoridade e o profissional a ser contratado, vínculo este que surge não apenas pela reputação, como pela convivência, que tem como pressuposto a experiência existente e que permite ser aferida, antes, durante e depois com contrato firmado entre o representante do Órgão Público.

Registra-se, por derradeiro, ser impossível aferir, mediante processo licitatório, o trabalho intelectual do advogado ou de componentes de escritórios de advocacia, pois trata-se de prestação de serviços de natureza personalíssima e singular, mostrando-se patente a inviabilidade de competição, posto que, a singularidade dos serviços prestados pelo advogado consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligado a sua capacitação profissional, sendo, desta forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviços de natureza intelectual, por meio de licitação, pois mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço), conforme do Ministro Napoleão Maia do STJ. REsp 1192332.

O trabalho desenvolvido pelo proposto, **ESCRITÓRIO DE ADVOCÁCIA MARCIO JOSE DE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGADO** sem qualquer sombra de dúvida é amplamente reconhecido, quer pela dedicação com que realiza, quer pelos esforços desmensurados em especial de qualificação para melhor atender as demandas que lhe são ofertadas, como pelo reconhecimento por outros colegas de profissão.

Destarte, não vemos óbice para a contratação do referido escritório de advocacia ao norte declinado, ao contrário, entendemos que a sua atuação profissional tem perfeito enquadramento no ordenamento jurídico nacional, mormente, na condição de notória especialização exatamente como estatui o inciso II do art. 25 da Lei 8.666/93 e normas que a modificaram.

A Priori, já podemos afirmar que as condições do proposto e as exigências contidas no texto legal que nos oferece embasamento, para autorizar uma contratação com inexigibilidade de licitação.

Cabe ainda ressaltar a entrada em vigor da Lei 14.039/20, que alterou a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), colocou um novo ingrediente na discussão. Tal como anunciado



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - Cep 68.165-000 - Fone: (93)3543-1906 fax (93)3543-1919
CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail licitação-pmr@hotmail.com



por Fabrício Motta em publicação recente nesta coluna, minha compreensão (a dele também) é de que a nova lei estabelece uma **presunção de singularidade** na contratação firmada entre a Administração Pública e o advogado qualificado como notório especializado.

É que o legislador democrático delimitou a interpretação possível sobre a natureza singular do serviço, desde que resultante da intervenção do notório especializado, na forma do artigo 25 II da Lei 8.666/93. A razão de ser é singela: nesse tipo de contratação predomina o aspecto subjetivo, a ver a balança pesar em favor da garantia de qualidade do serviço decorrente do diferencial técnico — o "toque do especialista" — apresentado pelo advogado notório especializado.

A inexigibilidade de licitação tem com fundamento no art. 25 INCISO II, C/C O ART. 13. INCISOS II, III E V PARAGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 26 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a licitação é inexigível

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

II - Pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

V - Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

Rua 10 de maio 263 - Centro - Cep 68.165-000 - Fone: (93)3543-1906 fax (93)3543-1919
CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail licitação-pmr@hotmail.com



deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Por tudo o exposto, com fundamento no art. 25, II da Lei 8.666/93 e , propomos a contratação do **ESCRITÓRIO DE ADVOCÁCIA MARCIO JOSE DE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGADO** com endereço na cidade de Santarém/PA., cujo o curriculum lates acompanha esta justificativa, quer pela atividade profissionais de vários anos, como o seu relacionamento e credibilidade junto aos profissionais da área, tem demonstrado , de maneira singular na Região Oeste do Pará, sua indiscutível competência ante a outra administração Municipal por onde laboral , sendo o contratante ideal para as necessidades, para o objeto visado pelo Município de Rurópolis, qual seja a contratação de serviço técnicos especializado na área de regularidade de contas públicas e acessória na gestão jurídica dos atos públicos para a Prefeitura Municipal de Rurópolis e suas Secretarias, sendo desta forma reconhecida a inexigibilidade por motivo de notória especialização profissional e se reconhecida, seja submetida a autoridade superior para a devida ratificação.



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Rurópolis

- Rua 10 de maio 263 - Centro - Cep 68.165-000 - Fone: (93)3543-1906 fax (93)3543-1919
CNPJ - 10.222.297/0001-93 - Rurópolis - Pará. E-mail licitação-pmr@hotmail.com



Rurópolis-PA, 05 de janeiro de 2021.



ALUIZIO M. COSTA PIRES

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CPL



DESLIVAN BENTO DA SILVA

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CLP



ALLAN SOARES SARMENTO

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CLP